

O INTÉRPRETE DE LIBRAS: SUA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PERNAMBUCO

Ariane Rafaela de Freitas (UFRPE)

Gláucia R. P. do Nascimento (UFPE/CAA)

Laerte Leonaldo Pereira (UFPE/CAA)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de interesse o tradutor/intérprete de LIBRAS da área educacional no Estado de Pernambuco, tendo como objetivo principal conhecer a formação e os âmbitos de atuação desse profissional no nível básico de ensino. Como objetivo específico, pretendemos identificar quais as problemáticas que permeiam o processo de formação desse profissional no que se refere a uma formação específica para atuação no meio educacional. A base teórica deste trabalho está fundamentada em Quadros; Stumpf 2009; Quadros 2008; e na legislação pertinente ao tema. Adotamos a metodologia da pesquisa qualitativa, que demonstra a relação desse sujeito estudado, com o mundo e o meio educacional no qual ele está inserido, fazendo uma descrição dialética de dados levantados através de um questionário sobre o perfil desses profissionais no estado de Pernambuco. Levamos em conta as nuances que permeiam esse contexto cheio de situações totalmente inusitadas e desafiadoras para o tradutor/intérprete. Os resultados indicam que existe uma realidade que parece estar mascarada pela sociedade e pelas instituições educacionais e políticas, que até então não têm se preocupado com a adequada formação desse profissional, que é uma das peças fundamentais para o bom êxito da educação de surdo em nosso estado. Percebemos também a discrepância entre a formação desse profissional e sua atuação no âmbito educacional, já que muitos tradutores/intérpretes não apresentam uma formação específica, como também uma competência linguística na primeira língua que, por conseguinte, pode implicar falhas e omissões de sinais no processo de interpretação no contexto da sala de aula.

Introdução

O presente trabalho discorre sobre a formação e a atuação do tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no âmbito educacional, no estado de Pernambuco, como profissional integrante de um processo recente. O tradutor/intérprete de LIBRAS é o

profissional responsável pela mediação interacional entre professor ouvinte e aluno(s) surdo(s) e entre alunos ouvintes e aluno(s) surdo(s) em contextos de ensino formal em salas de aula chamadas inclusivas, isto é, aquelas que reúnem alunos surdos e ouvintes. O tradutor/intérprete de LIBRAS também pode atuar em salas de aula destinadas exclusivamente para surdos (denominadas de salas especiais), mas este é um fato mais raro, já que, nesses contextos, os professores são surdos usuários da língua de sinais ou ouvintes bilíngues. Sendo assim, buscamos identificar algumas das problemáticas existentes nestas salas de aula ligadas à formação desse profissional.

Método

Para a realização deste trabalho, optamos pela análise qualitativa de questionários respondidos por 14 (quatorze) intérpretes que atuam no estado de Pernambuco, em escolas de ensino regular, tanto no âmbito municipal, como no estadual, em diferentes municípios do estado de Pernambuco, tendo como objetivo principal, traçar o perfil desses profissionais. As perguntas que constituíram o questionário foram: 1. Qual sua formação? O que te impulsionou a aprender LIBRAS? / 2. Quando e onde começou a interpretar? / 3. Qual é o seu tipo de vínculo empregatício (contrato/carteira assinada...) / 4. Qual o cargo ou título profissional que exerce (intérprete, professor-intérprete, tradutor-intérprete, monitor-intérprete, professor assistente/adjunto) / 5. Exerce outras funções remuneradas, além de atuar como tradutor/intérprete? / 6. Se for intérprete educacional, qual o nível de ensino em que atua? Quais são as principais dificuldades enfrentadas no início da atuação como intérprete? São as mesmas hoje, ou mudaram? / 7. Você acha que sua formação enquanto tradutor/intérprete lhe proporciona todo o suporte necessário para atuar enquanto intérprete educacional? Se achar que não, explique. Essa metodologia de análise está embasada em Triviños (1987), no que diz respeito à abordagem qualitativa, que, segundo esse autor, “visa à obtenção de dados descritivos do contato direto entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, favorecendo a obtenção das informações que contribuí para a cientificidade da investigação”. A interpretação dos dados também se apoia no método dialético de Hegel, citado por Lakatos; Marconi, 1993 (apud SILVA; MENEZES, 2001, p.27), segundo o qual as contradições expressas em dada realidade investigada se transcendem dando origem a novas contradições que passam a requerer solução. Esse é um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade, que considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico etc. É importante ressaltar que a pesquisa que originou este trabalho teve

como sujeitos intérpretes que atuam no ensino público em Pernambuco, visto que esses profissionais são hoje a maioria em nosso estado, constituindo um contingente que está sendo lotado nas secretarias estaduais e municipais, amparados pelo decreto federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta o profissional intérprete de LIBRAS nas instituições e repartições públicas e privadas. No início desta pesquisa, verificamos que, em Pernambuco, as escolas particulares situadas em municípios do interior do estado não têm a participação direta do tradutor/intérprete de LIBRAS no processo de ensino aprendizagem. Apenas na capital, Recife, por imposição dos órgãos fiscalizadores, essa realidade vem mudando, pois esses profissionais têm sido inseridos nos quadros funcionais gradativamente.

Resultado

Os dados que obtivemos acerca da formação dos tradutores/intérpretes de LIBRAS que atuam em Pernambuco, voluntários desta pesquisa, mostram que a maioria dos voluntários da pesquisa 10 (dez) de um total de 14 (quatorze) são intérpretes oriundos de instituições religiosas. 10 (dez) informaram que se sentiram motivados a aprender LIBRAS por conviverem com surdos. Outros 4 (quatro) foram motivados pelo fato de desejarem contribuir para a melhoria da vida das pessoas surdas. Quanto à formação educativa, 3 (três) voluntários disseram que têm curso superior em diferentes áreas (Letras, Pedagogia e Biologia); 8 (oito) estão em processo de formação em cursos de graduação (Bacharelado em Letras/Libras, Pedagogia e Letras/Português) e 4 (quatro) têm apenas o ensino médio. Quanto aos tipos de vínculos empregatícios que mantêm, 3 (três) voluntários declararam ser concursados, 1 (um) declarou que trabalha com carteira assinada e 10 (dez) disseram que têm contratos temporários. Do grupo de voluntários, que tem, em média, 7 (sete) anos de atuação como intérprete, sendo que o intérprete que atua há mais tempo tem 16 (dezesesseis) anos de profissão e o que atua há menos tempo tem apenas 1 (um) ano de atividade profissional, 8 (oito) mantêm outros vínculos profissionais, tanto na área da educação, mas também em outras áreas (vendedor, professor particular para surdos, educador de apoio, professor itinerante, assistente administrativo, secretária, instrutor de LIBRAS e cabeleireira). Apenas 6 (seis) intérpretes não têm outro vínculo empregatício. Entre as dificuldades para a sua atuação que os voluntários desta pesquisa apontaram são, de fato, preocupantes para o bom andamento de seu trabalho cotidiano: (1) falta de diálogo entre intérpretes e professores, o que resulta a quase inexistência de planejamentos prévios para sua atividade; (2) a precariedade de sinais

nas áreas específicas; (3) a não-flexibilização do tempo no processo da interpretação de uma prova, ou de exame avaliativo; e (4) falta de políticas de formação continuada.

Discussão

A formação dos intérpretes de LIBRAS tem se efetivado, nos últimos anos, por meio de uma política ainda em construção em todo o Brasil. No último concurso realizado pelo governo do estado de Pernambuco para professores intérpretes de LIBRAS, em 2006, não pôde ser contemplada, nem pôde ser reconhecida oficialmente a função desse profissional no âmbito educativo. Sendo assim, os profissionais concursados, para atuarem como intérpretes de LIBRAS, tiveram que ser inseridos na Rede Estadual de Ensino como professores e não como tradutores/intérpretes. Essa situação tem sido igual em outros estados do Brasil, e diversos segmentos têm se levantado para tentar mudar essa história. Muitos desses segmentos têm a comunidade surda como precursora dessa luta. Essa luta se justifica, não apenas em função da necessidade de um reconhecimento legal da função do tradutor/intérprete de língua de sinais, mas também pela necessidade de legitimação de uma prática profissional, cujo perfil apresenta especificidades que devem ser conhecidas e compreendidas pelos demais profissionais da área de ensino, para que a atuação desse profissional tenha êxito. Esse profissional está em constante construção com o meio, através de um processo de alteridade e desconstrução do seu ser ouvinte para um novo olhar, a partir da comunicação gestual-visual. Para Quadros; Stumpf (2009, p. 398), ser intérprete é conflitar sua subjetividade de não-surdo e surdo, é moldar seu corpo a partir de sua intencionalidade, reaprender o universo do sentir e do perceber, é uma mudança radical onde a cultura não é mais o único destaque do ser. Logo, o tradutor/intérprete de LIBRAS não é apenas um indivíduo que sabe a língua brasileira de sinais e é capaz de verter enunciados produzidos em português para LIBRAS, ou vice-versa. Ele precisa ter um sólido preparo teórico, além de uma convivência profícua com a comunidade surda, que lhe permitam compreender o universo da surdez e, especialmente, os modos como os indivíduos surdos constroem e reconstróem a realidade por meio de seus discursos, que se explicitam através de outra modalidade linguística, bem diferente da modalidade oral-auditiva. Só assim poderá responder adequadamente às demandas interacionais dos surdos, nos processos de tradução e interpretação, já que terá condições de retextualizar os enunciados à semelhança dos surdos, dando aos indivíduos desprovidos de audição um acesso legítimo ao dizer dos ouvintes. Nesta pesquisa, os dados que mais nos chamaram a atenção quanto à **formação dos tradutores/intérpretes de LIBRAS** que atuam

em Pernambuco foram os seguintes: 71,4% dos intérpretes consultados são advindos de instituições religiosas, a maioria com pouco, ou nenhum preparo teórico sobre o que diz respeito a questões linguísticas ligadas a processos de tradução/interpretação, já que dos 3 (três) voluntários que têm curso superior, apenas 2 (dois) têm formação em Letras ou Pedagogia, que são cursos de graduação que oferecem subsídios para a compreensão de fenômenos pertinentes à sua atuação. Sem o adequado preparo teórico, supomos que esses profissionais devem ter, entre outras dificuldades, vocabulário limitado para trabalharem dentro de salas de aula, a partir de um contexto em que diferentes ciências interagem, por meio das diferentes disciplinas de ensino, abarcando uma infinidade de sinais que todo intérprete deve conhecer. Outro dado que nos chamou a atenção diz respeito aos **tipos de vínculos empregatícios** que mantêm os voluntários. 3 (três) intérpretes são concursados, 1 (um) trabalha com carteira assinada e 10 (dez) têm contratos temporários. Ou seja, 71% dos intérpretes consultados por nós (contratados temporariamente) não têm segurança no seu vínculo empregatício. Esse é um dado que preocupa, pois a insegurança pode interferir no perfil psicológico do profissional, que pode atuar de modo menos comprometido com a escola em que estiver lotado. O grupo que tem, em média, 7 (sete) anos de atuação como intérprete, sendo que o intérprete que atua há mais tempo tem 16 (dezesesseis) anos de profissão e o que atua há menos tempo tem apenas 1 (um) ano de atividade profissional, apresenta ainda um agravante ao fato de não terem preparo teórico para essa atividade. 57,1% intérpretes consultados mantêm outros vínculos profissionais, tanto na área da educação, como em outras áreas (vendedor, professor particular para surdos, educador de apoio, professor itinerante, assistente administrativo, secretária, instrutor de LIBRAS e cabeleireira foram as atividades paralelas citadas em 8 (oito) questionários). Dos voluntários desta pesquisa, apenas 6 (seis) intérpretes não têm outro vínculo empregatício. Provavelmente, esse é um reflexo da baixa remuneração destinada a esses profissionais, que precisam complementar sua renda em outras atividades. O problema aqui diz respeito ao fato de que, atuando em frentes de trabalho de outras naturezas, muitas das quais, não acadêmicas, o tradutor/intérprete de LIBRAS perde a chance de investir em sua formação continuada e, assim, de aprimorar suas competências para o trabalho nas escolas. Evidentemente, isso irá se refletir, em algum grau, negativamente nos resultados de seu trabalho no contexto escolar. Algumas dificuldades que os voluntários desta pesquisa apontam são, de fato, preocupantes para o bom andamento de seu trabalho cotidiano: (1) falta de diálogo entre intérpretes e professores, o que resulta a quase inexistência de planejamentos prévios para sua atividade; (2) a precariedade de sinais nas áreas específicas; (3) a não-flexibilização do tempo no processo da interpretação de uma prova, ou de exame

avaliativo; e (4) falta de políticas de formação continuada. A falta de planejamento, a nosso ver, impede o preparo do intérprete para uma atuação mais exitosa. Isso acarreta uma situação de trabalho que tem poucas possibilidades de se construir com um viés verdadeiramente profissional, já que a “surpresa” é um elemento que impede o intérprete de, por exemplo, pesquisar os conteúdos que serão vivenciados durante as aulas, o que contribuiria significativamente para a melhoria da qualidade de sua interpretação. Sobre a condição do intérprete no contexto da sala de aula, Dias Júnior (2010, p. 30) nos apresenta mais um elemento importante que justifica a necessidade de diálogo entre professores e intérpretes. Segundo esse autor, a presença do intérprete em sala de aula, muitas vezes, chega a tranquilizar o professor, que, normalmente, apresenta certo receio de se dirigir ao surdo. Ora, se a presença do intérprete “tranquiliza” o professor, é imprescindível que o profissional que domina a LIBRAS tenha pleno conhecimento do que será desenvolvido durante a aula, para poder intervir de modo satisfatório nesse processo. Outra questão importante apontada por Dias Júnior (2010) diz respeito a um equívoco bastante comum entre os professores de salas inclusivas. Muitos docentes creem estar diante de pessoas da mesma condição linguística deles e não percebem as especificidades requeridas pelos surdos. Desta forma, esses alunos ficam mais uma vez marginalizados, encontrando, possivelmente, maiores dificuldades no processo de aprendizagem. Quanto à precariedade de sinais, isso dificulta o processo de interpretação, pois gera a omissão de lexemas/sinais que seriam de suma importância para a construção de conceitos básicos por parte dos alunos, que poderiam ajudá-los a ter êxito em outras situações mais complexas, como a interpretação de determinados dados de um gráfico, por exemplo, ou de um gênero literário, como uma fábula ou um poema. Essa precariedade acarreta outro problema, o uso excessivo da datilologia, que torna a interpretação mais lenta e, muitas vezes, menos precisa. Essa dificuldade é agravada pelo fato de que a formação (quando esta existe) do intérprete não é considerada para a sua alocação nas salas de aula (temos conhecimento de que tradutores/intérpretes que são formados em disciplinas humanas, por exemplo, que interpretam matérias como Matemática ou Física, das quais não detêm conhecimento necessário). O intérprete, que, em geral, não têm a formação específica da área que interpreta, pode ter dificuldades de compreensão dos conteúdos abordados durante as aulas, o que, evidentemente, será um obstáculo para a obtenção de bons resultados no processo tradutório e na aprendizagem dos alunos. A não-flexibilização do tempo no processo da interpretação de uma atividade em sala de aula, por exemplo, pode implicar perdas significativas na construção e produção dos alunos surdos, pois o intérprete necessita de um tempo maior que o que geralmente lhe é dado para interpretar da melhor maneira possível o

que se pede em uma produção textual ou mesmo no exame aplicado em sala de aula. Essa questão deve ser considerada pelo professor regente de sala, visto que o tempo pedagógico de que necessitam os surdos é, em geral, maior do que aquele previsto pelo professor. O professor de salas inclusivas deve prever um tempo pedagógico para a sua aula, considerando as especificidades e necessidades educacionais de cada aluno com sua singularidade. Muitas dessas dificuldades poderiam ser minimizadas se não houvesse a quarta: falta de políticas de formação continuada para tradutores/intérpretes do contexto educacional. Essa é uma luta que precisa ser travada com mais força, para que a atuação desses profissionais ganhe em qualidade. Pelo fato de esta pesquisa ter sido realizada com uma pequena amostragem do universo de intérpretes que atuam em Pernambuco, sabemos que os dados que apresentamos não podem ser considerados um retrato fiel da realidade da formação e de atuação dos tradutores/intérpretes deste estado. Porém, esses dados são indícios importantes de que muito ainda se tem a fazer para melhorar a qualidade da formação e das condições de trabalho desses profissionais, tão importantes para o êxito da educação de surdos deste país. Com isso, esperamos ter contribuído para gerar mais reflexões sobre essa problemática, na busca de melhoria da assistência que precisam ter os estudantes surdos deste país.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto-lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>>. Acesso em: 02 Ago. 2010.

DIAS JÚNIOR, Jurandir Ferreira. **Ensino da Língua Portuguesa para Surdos: contornos de práticas bilíngues**. 2010. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Língua) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Recife.2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993. Apud SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. Ed. ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. p. 27.

QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos surdos III: série pesquisas**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (Org.). **Estudos surdos IV: série pesquisas**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa na educação**. São Paulo: Atlas, 1987.